



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.DESCRICÃO SUCINTA DO OBJETO**

Aquisição de 02 (dois) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO COM ACESSIBILIDADE (48 LUGARES) Especificações Técnicas Mínimas: Veículo tipo ônibus rodoviário executivo; novo, 0 (zero) km; Ano de fabricação 2026 ou superior; Capacidade mínima para 47 passageiros no salão já incluso acessibilidade (tipo DPM Dispositivo de Poltrona Móvel) e mais 01 poltrona motorista; ar condicionado de teto central de no mínimo 140.000 BTU/h, forçado de ar natural, realizada através de emenda parlamentar.

**2. INTRODUÇÃO**

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e tem por finalidade estabelecer as condições, especificações e requisitos para a aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, destinados ao atendimento do transporte universitário dos estudantes do Município de Itapuã do Oeste/RO.

A contratação visa atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de fortalecer a estrutura do transporte universitário municipal, garantindo melhores condições de segurança, conforto, eficiência e continuidade na prestação do serviço aos acadêmicos que realizam deslocamento diário entre os municípios de Itapuã do Oeste/RO e Porto Velho/RO para frequentar instituições de ensino superior.

A aquisição dos veículos será viabilizada por meio de recursos oriundos de emenda parlamentar destinada especificamente para essa finalidade, constituindo importante investimento na ampliação e modernização da frota utilizada no transporte universitário.

Dessa forma, o presente Termo de Referência estabelece os parâmetros necessários para a realização da contratação, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

**3.MARCO LEGAL**

- **Lei 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 2655/2023** - Dispõe Sobre a Regulamentação de Lei Federal no 14.133, de 01 de abril de 2021, que Dispõe Sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Itapuã do Oeste/RO.
- **Decreto Municipal nº 2660/2023** - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços nos Termos da Lei no 14.133/21, que Dispõe Sobre as Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Municipal.
- **Decreto Municipal nº 2661/2023** - Institui o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, Estabelece Normas, para Execução, Fiscalização, Alteração e Pagamento dos Contratos Administrativos, Celebração de Atas de Registro de Preços ou Instrumentos Equivalentes, nos Termos da Lei no 14.133/2021.

**4. ÓRGÃO DEMANDANTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**4.1. ÓRGÃOS SOLICITANTES:**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**5. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

Contratação de empresa para **fornecimento de 02 (dois) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO COM ACESSIBILIDADE (48 LUGARES)** Especificações Técnicas Mínimas: Veículo tipo ônibus rodoviário executivo; novo, 0 (zero) km; Ano de fabricação 2026 ou superior; Capacidade mínima para 47 passageiros no salão já incluso acessibilidade (tipo DPM Dispositivo de Poltrona Móvel) e mais 01 poltrona motorista; ar condicionado de teto central de no mínimo 140.000 BTU/h, forçado de ar natural, realizada através de emenda parlamentar, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Quant	Unid
003	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO COM ACESSIBILIDADE (48 LUGARES) Especificações Técnicas Mínimas: Veículo tipo ônibus rodoviário executivo; novo, 0 (zero) km; Ano de fabricação 2026 ou superior; Capacidade mínima para 47 passageiros no salão já incluso acessibilidade (tipo DPM Dispositivo de Poltrona Móvel) e mais 01 poltrona motorista; ar condicionado de teto central de no mínimo 140.000 BTU/h, forçado de ar natural na cabine do motorista; Motor dianteiro potência mínima de 213 CV; Câmbio manual; chassi e carroceria integrados; PBT de 17.000 Kg (Técnico) / 16.000 Kg (Legal); sistema de injeção eletrônica; movido à combustível diesel; tanque de combustível com capacidade de 300 litros; direção hidráulica; freio pneumático com ABS; porta pantográfica com sistema door brake; pneus radiais de 275/80 rodas de aço nas dimensões 22,5 polegadas; rodas e pneu estepe nas mesmas especificações dos de rodagem; distância entre eixos de 5.950 mm; comprimento externo de 12.500 mm; altura externa de no mínimo 3.445 mm com ar condicionado; largura externa de no mínimo 2.500 mm; parede total de separação com porta; conjunto de faróis dianteiro com luz baixa e alta separados; suspensão metálica; janela de vidros colados com ventarola, vidro fume, película nos vidros do salão; bagageiro traseiro amplo acesso; poltrona do motorista com regulagem pneumática e com cinto 3 pontos; cortinas; porta pacotes (com iluminação em LED, numeração de poltronas, duto de ar condicionado, difusores de ar condicionado individual, forçador de ar condicionado para a cúpula do motorista; poltronas dos passageiros executivo 1.000 mm (reclinável) com revestimento total couroflex ou courvin; cinto de segurança 2 pontos retrátil; descansa braços laterais e central; porta copos; 03 telas de DVD e monitor instalado; tomada 12V no painel; sirene de marcha ré; sanefa; rádio instalado na cabine com CD/MP3/USB e Bluetooth; itinerário eletrônico; saída de emergência no teto e nas laterais; farol de neblina; tomadas 110V nos porta pacotes; tomadas USB em todas as	02	UNID

poltronas; sensor de estacionamento na dianteira e traseira; câmera de marcha ré; revestimento do assoalho amadeirado; volante com revestimento padrão do fabricante do chassi; pintura e adesivos a serem definidos pelo cliente; porta espete dentro do bagageiro traseiro; bagageiro traseiro; com macaco hidráulico compatível com o peso do veículo; chave de roda; extintor de incêndio e triângulo; O veículo deverá conter todos os equipamentos exigidos pelo Departamento de Trânsito que por ventura não tenham sido citados nas especificações acima; O veículo deverá ser fornecido por concessionária autorizada ou pelo próprio fabricante do veículo com 1º emplacamento/licenciamento incluso e realizado diretamente em nome deste órgão não sendo aceito transferência de propriedade de veículo já emplacado; Garantia completa de 12 meses sem limite de quilometragem (obedecendo o cronograma de revisões indicado pelo fabricante); Cor: (será escolhida no momento da emissão da ordem de entrega).		
--	--	--

## 5.2. DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento do transporte universitário dos estudantes do Município de Itapuã do Oeste/RO, caracterizando-se como fornecimento de bem permanente.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto enquadra-se como **bem comum**, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado, permitindo a comparação entre propostas e a seleção da mais vantajosa para a Administração.

A contratação possui natureza de aquisição de bens, com entrega única e imediata, não envolvendo prestação continuada de serviços ou fornecimento parcelado, destinando-se à incorporação dos veículos ao patrimônio público municipal para utilização nas atividades de transporte universitário desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Por se tratar de bens permanentes, os veículos adquiridos serão devidamente registrados e incorporados ao patrimônio do Município, observadas as normas de controle patrimonial vigentes.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade, a segurança e a eficiência do transporte universitário disponibilizado pelo Município de Itapuã do Oeste/RO aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior localizadas no Município de Porto Velho/RO. A Administração Municipal mantém política pública voltada ao incentivo ao acesso e à permanência no ensino superior, disponibilizando transporte aos acadêmicos que necessitam realizar deslocamentos diários para frequentar suas atividades acadêmicas. Considerando a distância percorrida diariamente e a relevância social do serviço prestado, torna-se necessária a aquisição de veículos adequados para assegurar a regularidade e a qualidade do atendimento ofertado aos estudantes.

A contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar elaborado para a presente demanda, o qual concluiu pela viabilidade técnica, operacional e econômica da aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, identificando esta como a solução mais vantajosa para o atendimento do interesse público.

Além disso, a aquisição será realizada com recursos oriundos de emenda parlamentar destinada especificamente para essa finalidade, possibilitando ao Município fortalecer sua infraestrutura de

transporte universitário sem comprometer recursos próprios destinados a outras ações e programas governamentais.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, promovendo melhores condições de acesso à educação superior, contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes e fortalecendo as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Município.

## **6.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, zero quilômetro, destinados ao transporte universitário dos estudantes do Município de Itapuã do Oeste/RO, visando atender de forma eficiente, segura e contínua à demanda de deslocamento diário para o Município de Porto Velho/RO.

Os veículos serão incorporados à frota municipal e utilizados exclusivamente no atendimento das atividades relacionadas ao transporte universitário, proporcionando maior conforto, segurança e confiabilidade aos usuários, além de contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado pela Administração Municipal.

A contratação compreende o fornecimento integral dos veículos, acompanhados de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente, documentação necessária para registro e licenciamento, manuais de operação e manutenção, certificados, garantias e demais itens indispensáveis à sua regular utilização.

A solução contempla ainda veículos compatíveis com as características do transporte intermunicipal de passageiros, considerando a elevada quilometragem percorrida diariamente entre os municípios de Itapuã do Oeste e Porto Velho, devendo apresentar desempenho, durabilidade e condições adequadas de operação para atendimento da finalidade pública a que se destinam.

A escolha pela aquisição dos veículos foi considerada a alternativa mais vantajosa para a Administração, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, por proporcionar benefícios permanentes ao Município mediante incorporação dos bens ao patrimônio público, maior autonomia na gestão do transporte universitário, redução da dependência de contratações terceirizadas e melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil dos veículos.

Dessa forma, a solução adotada visa assegurar a continuidade da política municipal de apoio ao ensino superior, promovendo melhores condições de acesso e permanência dos estudantes em seus cursos e contribuindo para o desenvolvimento educacional e social do Município.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para atendimento da necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação, a contratação deverá contemplar o fornecimento de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, zero quilômetro, observando os requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho, durabilidade e conformidade legal necessários à adequada execução do transporte universitário.

Os veículos deverão atender integralmente às normas técnicas e à legislação vigente aplicável ao transporte de passageiros, especialmente as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, regulamentações do CONTRAN, normas ambientais e demais exigências dos órgãos competentes.

Constituem requisitos mínimos da contratação:

a) Fornecimento de veículos novos, zero quilômetro, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação;

- b) Veículos destinados ao transporte rodoviário de passageiros, adequados para operação em trajetos intermunicipais de longa duração;
- c) Atendimento às especificações técnicas que serão detalhadas na descrição do objeto e demais anexos deste Termo de Referência;
- d) Entrega dos veículos acompanhados dos respectivos manuais de operação e manutenção, certificados, garantias, chaves, ferramentas e demais acessórios fornecidos pelo fabricante;
- e) Fornecimento de toda a documentação necessária ao emplacamento, registro, licenciamento e regular utilização dos veículos pela Administração Municipal;
- f) Disponibilização de garantia de fábrica contra defeitos de fabricação, materiais ou montagem, conforme condições estabelecidas pelo fabricante;
- g) Atendimento às normas de segurança veicular vigentes, incluindo todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito;
- h) Disponibilidade de rede de assistência técnica autorizada para atendimento durante o período de garantia;
- i) Entrega dos veículos dentro do prazo estabelecido pela Administração, em local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
- j) Observância dos princípios da sustentabilidade, eficiência energética e redução dos impactos ambientais, conforme as tecnologias disponibilizadas pelo mercado para a categoria dos veículos.

A contratada será responsável pela entrega dos veículos em perfeitas condições de uso, respondendo pela qualidade dos bens fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato e neste Termo de Referência.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO O OBJETO**

A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de 02 (dois) ônibus rodoviários novos, zero quilômetro, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

### **8.1. DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto principal da presente contratação, tendo em vista que o fornecimento dos veículos deverá ser executado diretamente pela empresa contratada, a qual será integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração Municipal.

A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de assegurar a responsabilidade direta da contratada quanto à qualidade dos veículos fornecidos, ao cumprimento dos prazos estabelecidos, à observância das especificações técnicas exigidas e à prestação da garantia dos bens adquiridos.

Permanecerão sob exclusiva responsabilidade da contratada todos os encargos, obrigações e responsabilidades decorrentes da execução contratual, não se estabelecendo qualquer vínculo entre a Administração Municipal e eventuais terceiros envolvidos em atividades acessórias relacionadas à logística, transporte ou entrega dos veículos.

Dessa forma, fica vedada a transferência total ou parcial das obrigações contratuais relativas ao objeto principal da contratação, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração, nos limites permitidos pela legislação aplicável.

## **9. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

O local central de entrega deverá a Sede da Prefeitura Municipal, rua: Ayrton Senna, 1425, no horário das 07h30min às 13h30min horas de segunda a sexta-feira.

## **10. PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

O prazo para entrega dos veículos deverá ser razoável e compatível com as necessidades do município, fixado, em regra, em até 120 (cento e vinte) dias corridos contados da emissão da nota de empenho, salvo disposição diversa expressa. Os veículos deverão ser entregues prontos para circulação, devidamente documentados para licenciamento, emplacamento e utilização imediata, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e as normas do CONTRAN.

## **11. DA CONDIÇÃO DE ENTREGA**

Os veículos objeto da presente contratação deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento, novos, zero quilômetro, sem uso anterior, observando todas as especificações técnicas previstas na descrição do objeto, item 5 deste Termo de Referência.

A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, salvo prazos distintos estabelecidos expressamente pela empresa.

Os veículos deverão ser entregues prontos para circulação, licenciamento, emplacamento e acompanhados de toda a documentação necessária ao seu registro e utilização imediata, incluindo:

- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo CRLV;
- Nota Fiscal correspondente;
- Certificado de Garantia;
- Manual do Proprietário e Manual de Manutenção em língua portuguesa;
- Termo de entrega e checklist técnico assinado pela fornecedora.

No ato da entrega, será realizada vistoria técnica pela comissão de fiscalização designada, que verificará a conformidade dos ônibus com as exigências contratuais e legais. Constatadas irregularidades ou não conformidades, os veículos poderão ser recusados provisoriamente até a devida correção.

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, e o recebimento definitivo será atestado somente após a conferência completa dos documentos, da garantia e da adequação às especificações. O pagamento ficará condicionado a esse recebimento definitivo.

## **12. DO RECEBIMENTO**

O recebimento dos veículos objeto da presente contratação observará o disposto nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo realizado em duas etapas distintas: recebimento provisório e recebimento definitivo.

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos ônibus, mediante conferência inicial da quantidade e das condições aparentes, bem como da documentação fiscal e dos certificados de garantia. Nessa etapa, a comissão de fiscalização designada pela SEMECE verificará se os veículos entregues correspondem ao objeto contratado e registrarão eventuais não conformidades ou pendências.

O recebimento definitivo dar-se-á somente após a realização de vistoria técnica detalhada, confirmando que os veículos estão em pleno funcionamento, em conformidade com todas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência. O recebimento definitivo estará condicionado à apresentação de toda

a documentação exigida, incluindo nota fiscal, certificados de garantia, manuais e CRLV devidamente emitidos.

O pagamento à contratada ficará condicionado ao recebimento definitivo, atestado pela comissão de fiscalização, que lavrará o termo correspondente. Caso sejam identificadas irregularidades ou descumprimento contratual, o recebimento poderá ser recusado, aplicando-se as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato.

Dessa forma, o procedimento de recebimento garante que os recursos públicos sejam aplicados de maneira regular e que os veículos adquiridos estejam aptos para utilização imediata no transporte de universitários do Município de Itapuã do Oeste/RO.

### **13. DA GARANTIA DO OBJETO**

Os veículos fornecidos deverão possuir garantia integral de fábrica contra defeitos de fabricação, montagem, funcionamento e desempenho dos componentes e sistemas que os integram, pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data do recebimento definitivo pela Administração Municipal.

Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar, sem ônus para a Administração, a reparação, substituição ou correção de quaisquer defeitos, vícios ou falhas constatadas nos veículos ou em seus componentes, desde que não decorrentes de uso inadequado, acidente ou intervenção de terceiros não autorizados.

A garantia deverá abranger peças, componentes, acessórios, sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos e demais itens integrantes dos veículos, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante.

A contratada deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para atendimento das demandas de garantia, garantindo suporte adequado e fornecimento de peças originais durante todo o período de cobertura.

A garantia contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos eventualmente constatados após o recebimento definitivo, nos termos da legislação civil e administrativa aplicável.

### **14. DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado pela Administração Municipal em favor da contratada após o recebimento definitivo dos veículos, devidamente atestado pela comissão de fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação SEMED, conforme previsto nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

A quitação será realizada em parcela única, correspondente ao valor global da Nota Fiscal apresentada, desde que comprovada a entrega integral dos ônibus em conformidade com todas as especificações técnicas e contratuais, bem como mediante a apresentação da seguinte documentação:

Nota Fiscal eletrônica regular;

Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas (Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho);

Termo de Recebimento Definitivo emitido pela comissão de fiscalização.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da liquidação das despesas pelo setor competente. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de ordem bancária/transferência em conta indicada pela contratada.

Na hipótese de atraso injustificado por parte da Administração, aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se à contratada o direito à correção monetária pelo atraso no pagamento. Por outro lado, caso a contratada descumpra prazos, especificações ou demais obrigações contratuais, ficará sujeita às penalidades cabíveis, podendo ter o pagamento suspenso até a regularização das pendências. Assim, o pagamento estará sempre condicionado à estrita conformidade entre o objeto entregue e as exigências deste Termo de Referência, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e a correta aplicação dos recursos públicos.

#### 14.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Não se aplica, por não se tratar de obra ou serviços.

### **15.DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

A estimativa de preços para a presente contratação foi elaborada com base nas pesquisas de mercado realizadas durante a fase de elaboração do Plano de Trabalho vinculado à emenda parlamentar destinada à aquisição dos veículos objeto deste Termo de Referência.

As cotações obtidas contemplaram valores praticados por fornecedores do segmento de veículos de transporte coletivo de passageiros, observando características compatíveis com as especificações técnicas pretendidas pela Administração Municipal.

Considerando que as pesquisas foram realizadas previamente para subsidiar a formalização do Plano de Trabalho e a definição do valor da proposta apresentada ao órgão concedente dos recursos, os respectivos levantamentos serão aproveitados na presente contratação, desde que observados os requisitos de validade, contemporaneidade e compatibilidade com as condições atuais de mercado, conforme dispõe a legislação vigente.

O valor estimado da contratação corresponde a **R\$ 2.505.266,66 (dois milhões, quinhentos e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

, montante compatível com os recursos disponibilizados por meio da emenda parlamentar destinada especificamente à aquisição de 02 (dois) ônibus rodoviários para atendimento do transporte universitário do Município de Itapuã do Oeste/RO.

A Administração poderá, caso entenda necessário, complementar ou atualizar as pesquisas existentes durante a instrução processual, visando assegurar a adequação dos valores estimados às condições efetivamente praticadas no mercado à época da realização do certame, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **16.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Edital, no Contrato e neste Termo de Referência:

- I. Fornecer os veículos objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- II. Entregar os veículos novos, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, livres de quaisquer defeitos, vícios ou avarias;
- III. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos veículos, incluindo transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado;

- IV. Entregar os veículos acompanhados de todos os manuais, certificados, garantias, acessórios obrigatórios e demais documentos exigidos para sua regular utilização;
  - V. Fornecer toda a documentação necessária ao registro, emplacamento e licenciamento dos veículos, quando exigido pelas especificações da contratação;
  - VI. Garantir a qualidade dos veículos fornecidos, responsabilizando-se pela correção, substituição ou reparação de defeitos de fabricação, materiais ou montagem durante o período de garantia;
  - VII. Disponibilizar assistência técnica autorizada e suporte necessário para atendimento das demandas relacionadas à garantia dos veículos;
  - VIII. Substituir, às suas expensas, os veículos ou componentes que apresentarem defeitos, irregularidades ou desconformidades com as especificações exigidas, no prazo estabelecido pela Administração;
  - IX. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;
  - X. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
  - XI. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão relacionada ao fornecimento dos veículos, sem prejuízo das demais responsabilidades legais;
  - XII. Atender prontamente às solicitações da fiscalização, fornecendo informações, esclarecimentos e documentos sempre que requisitados;
  - XIII. Cumprir integralmente as normas técnicas, ambientais, de segurança e demais disposições legais aplicáveis ao objeto da contratação;
  - XIV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado quando verificados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes do fornecimento.
- Parágrafo único. A atuação da fiscalização da Contratante não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais, legais e técnicas relativas ao fornecimento dos veículos objeto da presente contratação.

## **17.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Edital, no Contrato e neste Termo de Referência:

- I. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir adequadamente suas obrigações contratuais;
- II. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato;
- III. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual por meio de servidor ou comissão formalmente designada, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas ao fornecimento dos veículos;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas estabelecidas, recusando aqueles que não atendam aos requisitos exigidos;
- V. Notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades, falhas, vícios ou defeitos constatados na execução do objeto, concedendo prazo para as devidas correções;
- VI. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, observados o contraditório e a ampla defesa;
- VII. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos no Contrato, após o recebimento definitivo do objeto e a comprovação do cumprimento das obrigações assumidas;
- VIII. Fornecer à Contratada as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, sempre que solicitados e pertinentes à contratação;

- IX. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução contratual que exija providências por parte desta;
- X. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato ou na proposta apresentada;
- XI. Exercer o controle e a fiscalização da execução contratual, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da Contratada quanto ao fornecimento dos veículos;
- XII. Adotar as providências necessárias para o recebimento, registro patrimonial, emplacamento, licenciamento e demais procedimentos administrativos relacionados à incorporação dos veículos ao patrimônio municipal.
- Parágrafo único. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

## **18. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO**

### **18.1. MODO DE DISPUTA**

A presente contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o modo de disputa aberto, em razão da natureza comum do objeto e da necessidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observadas as regras estabelecidas no Edital e na legislação vigente, permitindo ampla competitividade entre os participantes e favorecendo a obtenção de melhores condições de preço para a Administração.

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, desde que atendidas todas as especificações técnicas, requisitos de qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

A adoção do modo de disputa aberto busca assegurar os princípios da isonomia, competitividade, transparência, eficiência e economicidade, proporcionando ampla participação do mercado e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

### **18.2. JUSTIFICATIVA PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na gestão dos recursos públicos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A utilização do SRP possibilita à Administração Municipal registrar os preços obtidos por meio do procedimento licitatório e efetuar a contratação conforme a disponibilidade dos recursos financeiros e o cronograma de execução estabelecido para a aquisição dos veículos, proporcionando maior segurança na gestão orçamentária e financeira da contratação.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços permite otimizar os procedimentos administrativos, reduzindo a necessidade de realização de novos certames para objeto de mesma natureza durante a vigência da ata, quando cabível, assegurando maior celeridade e eficiência à Administração.

A adoção do SRP também contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, ampliando a competitividade entre os licitantes e proporcionando melhores condições de negociação para a Administração Pública.

Dessa forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, constituindo instrumento apto a atender às

necessidades da Administração Municipal.

## **19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **19.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

19.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, Edital e demais documentos que compõem o processo.

19.1.2. O lote será composto por 02 (dois) ônibus rodoviários novos, zero quilômetro, destinados ao transporte universitário dos estudantes do Município de Itapuã do Oeste/RO.

### **19.2. Habilitação Jurídica**

19.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.2.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.2.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

19.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.2.6. Em virtude da natureza do objeto e das características do mercado fornecedor, não se vislumbra a necessidade de participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que a aquisição pretendida pode ser plenamente executada por empresas individualmente constituídas e regularmente atuantes no segmento de fabricação e comercialização de veículos destinados ao transporte de passageiros.

### **19.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

19.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

19.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

19.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

19.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

19.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

19.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

19.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

19.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de documento expedido pelo órgão competente.

#### 19.4. Qualificação Técnica

19.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

19.4.2. O atestado deverá comprovar o fornecimento de veículos automotores destinados ao transporte de passageiros, compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação.

19.4.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam identificar o emitente, o objeto fornecido, o período de execução e a avaliação satisfatória quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

19.4.4. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da qualificação técnica, desde que os documentos apresentados demonstrem experiência compatível com o objeto licitado.

19.4.5. A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.

#### 19.5. Qualificação Econômico-Financeira

19.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para abertura da licitação, ou dentro do prazo de validade constante do documento.

19.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

19.5.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação econômico-financeira e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19.5.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício social, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

19.5.5. A comprovação da boa situação financeira da empresa será realizada na forma prevista no Edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.3. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar a entrega dos veículos, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, registrar ocorrências relacionadas à execução contratual e adotar as providências necessárias para a regularização de falhas eventualmente constatadas.

20.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, defeitos ou inconsistências observadas.

20.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.

20.6. A contratada deverá manter preposto formalmente designado durante toda a execução contratual, responsável por prestar esclarecimentos, receber notificações e adotar as providências necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

20.7. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

20.8. O recebimento provisório dos veículos ocorrerá mediante conferência quantitativa e verificação preliminar das condições de entrega, documentação, equipamentos obrigatórios e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

20.9. O recebimento definitivo será realizado após a verificação detalhada da conformidade dos veículos com as especificações técnicas contratadas, mediante emissão de termo de recebimento definitivo pelo fiscal ou comissão designada.

20.10. Constatadas irregularidades ou desconformidades no objeto entregue, a contratada será formalmente notificada para promover as correções, substituições ou adequações necessárias, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

20.11. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento administrativo da contratação, incluindo o controle dos prazos contratuais, acompanhamento da execução financeira, adoção de medidas administrativas pertinentes e comunicação com os demais setores envolvidos.

20.12. Durante toda a execução contratual deverão ser observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, garantindo-se a adequada aplicação dos recursos oriundos da emenda parlamentar destinada à aquisição dos veículos.

20.13. O contrato poderá ser alterado, prorrogado, rescindido ou sofrer aplicação de sanções administrativas, nas hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

#### **20.1 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa: (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **21.DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A ata terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

#### **22.RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

As despesas decorrentes do presente processo poderão ocorrer à conta dos seguintes programas de trabalho:

##### **22.1. SEMECE**

FONTE DE RECURSO:

ÓRGÃO: 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.06.05 MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

EMENDA PARLAMENTAR PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO.

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CONVÊNIO: R\$ 2.292.000,00 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL REAIS)

CONTRAPARTIDA RP: R\$ 213.266,66 (DUZENTOS E TREZE MIL, DUZENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).

#### **23.DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento SEMAP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

## **24. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

De acordo com o artigo 52, 53 e 54 do Decreto Municipal 2660/2023 a ata poderá ser alterada em negociação entre órgão gestor e fornecedor, podendo ser aditada, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, e poderá, ainda, sofrer apostilamento, sendo que a alteração na ata de registro de preços é independente da alteração dos contratos.

Se o órgão participante já houver formalizado um contrato com o fornecedor ou prestador de serviços à época em que foi realizada a alteração na ata de registro de preços, a relação entre as duas partes não sofrerá influência das alterações realizadas na ata.

Se for realizada uma alteração em qualquer contrato celebrado entre o fornecedor e um dos órgãos participantes do registro de preços, a ata não sofrerá nenhuma influência, a não ser que o órgão gestor considere prudente realizá-la

Para que haja maior flexibilidade nas compras por registro de preços, poderá utilizar empenho em substituição ao contrato para entregas imediatas.

## **25.GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Nome:** Edicleia Leandro

**Matrícula:** 189

**CPF:** \*\*\*.948.401-\*\*

**E-mail:** semece.adm.ita@gmail.com

( ) Gestor/fiscal de contrato

(x) Gestor de contrato

( ) Fiscal de Contrato

**Nome:** Janaina de Souza da Silva

**Matrícula:** 7118

**CPF:** \*\*\*.567.661-\*\*

**E-mail:** semece.adm.ita@gmail.com

( ) Gestor/fiscal de contrato

( ) Gestor de contrato

(x) Fiscal de Contrato

---

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000  
Contato: (69) 3231-2330 - Email: semece@itapuadooeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

---



Documento assinado eletronicamente por **EDICLEIA LEANDRO FELIX, PROFESSOR MAGISTÉRIO - 40 H**, em 10/06/2026 às 08:31, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA RODRIGUES FONTINELE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 10/06/2026 às 08:35, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br](https://transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br), informando o ID **525316** e o código verificador **24129096**.

**Referência:** [Processo nº 6-808/2026](#).

Docto ID: 525316 v1